GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECRETO 471 - 30 dezembro 1933

GRATULIANO DA COSTA BRITO
ERNESTO GEISEL

Divulgação da EMBRAPA

REGULAMENTA A
EXPLORAÇÃO DO ALGODÃO
NO ESTADO DA PARAÍBA
UMA COINCIDÊNCIA HISTÓRICA

DECRETO No. 471, de 30 de dezembro de 1933

Delimita as zonas de cultura algodoeira e dá outras providências.

Gratuliano da Costa Brito, interventor federal do Estado da Paraíba tendo em vista que o algodão é a principal fonte de renda do Estado, por isso cumprindo ao Governo promover todas as medidas que interessam ao aumento e melhoria de sua produção e considerando que a fibra desse produto outrora reconhecida como excelente, muito ha perdido de suas boas qualidades em virtude do plantio que vem sendo feito, em promiscuidade, de variedades perenes e anuais, dêle resultando um hibridismo desordenado, causa principal de sua depreciação;

considerando mais, que a poda do algodoeiro perene e o arrazamento das culturas anuais com a incineração do produto de uma e outra dessas operações se impõe seja feito todo ano, com o fim de combater as pragas do algodão principalmente a largata rosada e a bróca da raiz;

considerando ainda que a solta da criação nos roçados de culturas perenes acarreta, quase sempre, sobretudo nos anos de secas e até mesmo nos de chuvas escassas ou mal distribuídas, sensível redução da área plantada em consequência de baixas, por morte, que sofrem os algodoads;

considerando finalmente, que a mesma pratica, em relação às culturas anuais, se levada a efeito em tempo inoportuna, pode dar lugar a vultosos prejuizos que afetam não só a economia pública como a particular do Estado por vezes ocasionando também serias complicações entre partes interessadas, tais sejam lavradores e proprietários, cujos interesses comuns devem ser conciliados.

DECRETA

Art. 1o. — Fica o Estado dividido, para efeito de plantio do algodoeiro em duas grandes zonas denominadas de "Culturas Perenes" e "Culturas Anuais", as quais terão como limite a linha mista que, partindo de "Samambaia", no município de Umbuzeiro, vai ter

a "Aroeiras", do mesmo município, daí rumando cachoeira de Cebôlas, no de Ingá, Queimadas e Pocinhos no de Campina Grande, Arara no de Serraria, cortando em parte o de Areia e Malhada da Cruz no de Araruna, passando pelo de Bananeiras.

Art. 2o. — A zona de "Culturas Perenes", em que somente será permitido o plantio da variedade "Mocó" ou "Serido", compreende todo o território dos municípios de S. José de Piranhas, Cajazeiras, Antenor Navarro, Souza, Catolé do Rocha, Brejo do Cruz, Pombal, Conceição, Misericórdia, Piancó, Patos, Santa Luzia do Sabugí, Princesa, Teixeira, Taperoá, Alogoa do Monteiro, Cabaceiras, S. João do Cariri, Solidade e Picuí e parte dos de Araruna, Caiçara, Bananeiras, Serraria, Areia, Campina Grande, Ingá e Umbuzeiro.

§ unico — A zona de que trata este artigo abrange o trecho dos municípios de Araruna e Caiçara delimitado pela linha que partindo da povoação de Tacima, segue o curso do rio desse nome e vai ter à fronteira do Rio Grande do Norte continuando por essa fronteira até encontrar o rio Curimataú, pela qual sobe até receber o rio d'Areia, daí rumando para o ponto inicial ou seja a povoação de Tacima.

Art. 3o. — A zona de "Culturas Anuais", onde não será permitido o plantio das variedades perenes, compreende toda a extensão territorial dos municípios de Mamanguape, Sapé, Santa Rita, João Pessoa, Pedras de Fogo, Pilar, Itabaiana, Alagôa Grande, Alagôa Nova, Esperança e Guarabira e parte dos de Araruna, Caiçara, Bananeiras, Serraria, Areia, Campina Grande, Ingá e Umbuzeiro.

Art. 4o. — As propriedades cortadas pelas linhas mistas de que tratam o art. 1o. e § unico do art. 2o., deverão ser plantadas com variedades algodoeiras para tal fim indicadas pela Inspetoria da Diretoria de Plantas Texteis do Ministério da Agricultura, com sede neste Estado.

Art. 5o. — Todo o ano uma vez ultimada a colheita e antes de se iniciar o novo período de chuvas os algodoeiros das "Culturas Perenes" serão devidamente podados, assim eliminando-se todos os ramos frutíferos que se queimarão juntamente com as maçãs refugadas involucro capsulares e demais detritos de colheitas encontrados sobre o sólo.

Art. 6o. — Por sua vez os algodoads de culturas anuais ultimada a colheita e antes de se iniciar o novo período de chuvas serão totalmente arrazados e queimados.

Art. 7o. — Responderão pela poda, arrazamento e incineração de que traziam os arts. 5o. e 3o., os lavradores e na falta destes, os proprietários.

Art. 8o. — Fica terminantemente proibida a solta de qualquer criação dentro dos algodoads da zona das "Culturas Perenes".

Art. 9o. — A solta da criação nas plantações de algodão da zona de "Culturas anuais", só poderá ser feita mediante requeri-

mento de todo e qualquer criador interessado, dirigido ao prefeito do respectivo município, que mandará verificar "in loco" se a colheita está concluída ou não, proferindo em consequência o seu despacho.

§ 1o. — Do despacho do prefeito, quer o criador quer o agricultor poderão recorrer por intermédio da Prefeitura, para a Inspetoria de Plantas Texteis, que se pronunciará em definitivo.

§ 2o. — O recurso interposto pelo agricultor, no caso do prefeito ter concedido permissão para a solta de gado, terá efeito suspensivo até a sua solução.

Art. 10o. — Compete às prefeituras municipais fiscalizar a execução do presente decreto, independente da ação que nesse sentido terão a Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Publicas, e a Inspetoria de Plantas Texteis.

Art. 11o. — As infrações dos arts. 2o., 3o., 4o., 5o., 6o., e 7o., serão punidas com a multa de 50\$000, por hectare ou fração de cultura feita e as dos arts. 8o. e 9o. com a multa de 10\$000 por animal.

§ 1o. — As multas de que trata o presente art. serão dobradas no caso de reincidência.

§ 2o. — Os infratores dos arts. 2o., 3o., e 4o., ficam sujeitos além da multa que lhes forem impostas, ao arrazamento e incineração da lavoura indevidamente fundada, sem direito a qualquer indenização.

Art. 12o. — As penalidades previstas no art. anterior serão aplicadas pela Inspetoria da Diretoria de Plantas Texteis, mediante as condições seguintes:

1o. — A autoridade fiscal, constatada a infração, lavrará o auto respectivo assinado por duas testemunhas e sempre que fôr possível, pelo infrator que será intimado a apresentar defesa dentro do prazo de 3 dias a contar da data da intimação.

2o. — Encerrado este prazo, com a defesa ou não, o auto será enviado á Inspetoria de Plantas Texteis, que dentro de 15 dias fará seu julgamento do qual obrigatoriamente recorrerá para a Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Publicas.

Art. 13o. — As linhas que delimitam as zonas de cultura serão anualmente revistas, mediante parecer da Inspetoria de Plantas Texteis.

Art. 14o. — Revogam-se as disposições em contrario

Palácio da Redenção, em João Pessoa, 30 de dezembro de 1933
45o. da Proclamação da Republica.

Gratuliano da Costa Brito
Ernesto Geisel